

Uma discussão sobre o conceito de clássico

Marinês Paloschi Rodrigues¹

Resumo: Este trabalho tem por objetivo uma investigação sobre o conceito de “clássico”, principalmente relacionado ao ambiente escolar. Primeiramente, faremos um debate sobre o conceito de clássico, tomando por base alguns dos mais respeitados estudiosos do assunto (T. S. Eliot, Ítalo Calvino, Terry Eagleton, Tzvetan Todorov, Leyla Perrone-Moisés, Fredric Jameson, Marisa Lajolo, Henrique Cairus, etc.). Em seguida, buscamos indicar de que forma as obras ditas clássicas podem ser trabalhadas pelos professores de Língua Portuguesa e Literatura.

Palavras Chave: Clássicos, Literatura, Professores, Ensino.

Abstract: This article aims at investigating the notion of “classic”, mainly related to the school environment. Firstly, we will discuss the notion, taking into consideration some of the most respectable scholars on the theme (T. S. Eliot, Ítalo Calvino, Terry Eagleton, Tzvetan Todorov, Leyla Perrone-Moisés, Fredric Jameson, Marisa Lajolo, Henrique Cairus, etc.). Secondly, we will try to indicate how the so called classical works can be used by teachers of Portuguese and Literature.

Key words: classics, Literature, teachers, teaching

¹ Graduada em Letras pela UNEMAT, Universidade do Estado de Mato Grosso. Este artigo faz parte de meu Trabalho de Conclusão de Curso, orientado pelo Prof. Dr. Helvio Moraes.

Este artigo tem por objetivo promover um debate acerca do termo “clássico”, numa tentativa de responder uma inquietação: afinal o que são clássicos? Como algumas obras literárias chegaram a fazer jus a esse conceito? Para dar início ao trabalho é imperativo buscar uma definição do que, no âmbito desse trabalho, chamaremos de clássico. Sabemos que, nos dias de hoje, o termo abrange inúmeras possibilidades, como “clássicos da música”, “clássicos no futebol” etc. Assim sendo, farão parte dessa pesquisa apenas os “clássicos da literatura”, e esse artigo promoverá o confronto de vários sentidos que o vocábulo “clássico”, no âmbito da criação literária, adquiriu ao longo da história. Sabemos que são muitos os autores que abordam esse assunto. Portanto, nesse trabalho analisaremos alguns dos mais importantes teóricos que abordam tema tão amplo, sem a pretensão de esgotar todas as possibilidades. Ao longo desse trabalho faremos uma explanação dos conceitos defendidos por esses autores com base em textos que abarcam o tema proposto nessa pesquisa.

Alguns dos autores que destacamos têm pontos de vista em comum, ainda que possamos perceber sutis diferenças nas interpretações que fazem do termo clássico. Nesse sentido, apresentamos os muitos conceitos sobre o tema, principiando por Ítalo Calvino. Segundo o autor,

Os clássicos são livros que, quanto mais pensamos conhecer por ouvir dizer, quando são lidos de fato mais se revelam novos, inesperados, inéditos. [...] os clássicos não são lidos por dever ou por respeito, mas só por amor. Exceto na escola: a escola deve fazer com que você conheça bem ou mal um certo número de clássicos dentre os quais (ou em relação aos quais) você poderá depois reconhecer os seus clássicos. A escola é obrigada a dar-lhe instrumentos para efetuar uma opção: mas as escolhas que contam são aquelas que ocorrem fora e depois de cada escola. (CALVINO, 1993, p.12/13).

Essa proposição de Calvino nos mostra a importância de se apresentar os alunos às obras e autores clássicos. Esse primeiro contato é determinante para que se desperte neles o amor pelos clássicos, pois, segundo o autor, esse é o único fator que motiva o leitor a adotá-los como “seus clássicos”. Esse amor do leitor pela obra pode ser algo que defina sua permanência de geração para geração, agente que motiva uma obra a ser contemplada como clássica. Contudo, o autor nos garante que as leituras feitas na escola não são necessariamente as que causam essa afinidade do leitor com os livros que serão estimados como “os seus clássicos”. Isso só acontece quando as escolhas não são arbitrárias, mas sim, espontâneas. Tal asserção, porém, não invalida o papel da escola na difusão de textos canônicos. Como

percebemos, na opinião do autor, a escola “deve” apresentar esses textos considerados clássicos aos jovens leitores. Ainda mais importante é observar o papel relevante que Calvino confere à escola, pois, ainda que as escolhas sejam pessoais, é a instituição escolar que fornecerá os “instrumentos” para realizá-las.

Outro ponto a ser salientado nesse enunciado de Calvino é a propriedade inerente a esses textos de se “renovarem”, de nos parecerem sempre algo novo, inédito, quando os lemos, ainda que tenhamos ouvido falar deles. Essa capacidade de vencer a prova do tempo, de se manterem sempre atuais e inesgotáveis, no sentido de textos que permitem novas e diversas interpretações a cada época em que são visitados, é uma questão importante para a noção de clássico que defenderemos nessa dissertação.

O leitor que lê um clássico pela primeira vez talvez tenha dificuldade para entendê-lo, por isso Calvino (1993, p. 9) afirma que as obras que lemos na juventude funcionam apenas como “primeiro encontro”, no entanto, são fundamentais. Ele acredita que, depois, na idade adulta, quando amadurecemos, é importante fazer a releitura dos clássicos que conhecemos quando jovens, pois é sempre como uma nova experiência. Segundo o autor, “Toda releitura de um clássico é uma leitura de descoberta como a primeira”. (CALVINO, 1993, p.11).

Entendemos nessa afirmação de Calvino, que o leitor passa por mudanças ao longo da vida, como acontece com tudo que compõe o universo. Se o mundo se modifica, então é natural que o leitor também se transforme. Como parte dessas mudanças, podemos citar o amadurecimento de leitor, pois, ao reler uma obra na maturidade, o leitor notará fatos que faziam parte do livro e que numa primeira leitura não havia sido capaz de perceber. Por exemplo, ao ler o romance *Dom Casmurro* aos 14 anos, uma adolescente pode deixar passar alguns sentidos que a obra apresenta como ironia, hipocrisia, uma denúncia de certas convenções sociais, etc. Já numa leitura feita na fase adulta, é bastante provável que esses elementos não passem despercebidos. Isso, contudo, não invalida a experiência de leitura encerrada na adolescência, uma vez que tal experiência é formadora, tanto no sentido de um amadurecimento em relação à vida quanto na ideia de um refinamento estético.

Além dessa definição, Calvino nos apresenta outras, na tentativa de nos mostrar o que leva uma obra a ser considerada clássica. Segundo ele, “Um clássico é um livro que vem antes de outros clássicos; mas quem leu antes os outros e depois lê aquele, reconhece logo o seu lugar na genealogia” (CALVINO, 1993, p.14). Não é por acaso que alguns cursos de Letras começam a abordar a literatura desde clássicos como a *Odisseia* e a *Ilíada*. Inúmeras obras da tradição literária dialogam com elas, retomando seus temas, relendo-os, reinterpretando-os, reelaborando-os, confrontando-os, de forma que determinados aspectos da épica homérica se

fazem presentes e se “atualizam” nas obras que surgem ao longo da história literária. No fragmento acima citado, Calvino assegura que, quando lemos um clássico com a maturidade que ele merece, ao nos depararmos com outros clássicos, um leitor experiente saberá identificá-lo nessa espécie de diálogo que se estabelece entre as obras literárias.

Para Calvino, os clássicos sofrem a influência dos povos e das civilizações que antecederam a nossa e que tiveram o prazer de conhecê-los, e provavelmente marcaram a língua e os costumes, desses povos:

Os clássicos são aqueles livros que chegam até nós trazendo consigo as marcas das leituras que precederam a nossa e atrás de si os traços que deixaram na cultura ou nas culturas que atravessaram, (ou mais simplesmente na linguagem ou nos costumes). (CALVINO, 1993, p.11).

Conforme Calvino, “isso vale tanto para os clássicos antigos quanto para os modernos”. (CALVINO, 1993, p.11). Nesse sentido, se faz necessário perceber que uma obra que atravessou séculos como a *Odisseia* de Homero, por exemplo, sofreu as influências das muitas épocas e culturas pelas quais passou. A trama da obra e as personagens ainda são as mesmas, porém, as leituras do poema se diferem no decorrer dos séculos. Por conta disso, Calvino alega que as escolas devem indicar leituras de textos originais evitando quaisquer outros artificios, pois segundo ele, “A escola e a universidade deveriam servir para fazer entender que nenhum livro que fala de outro livro diz mais sobre o livro em questão; mas fazem de tudo para que se acredite no contrário”. (CALVINO, 1993, p. 12).

E se acaso alguém perguntar para que sirvam os clássicos, Calvino nos esclarece que “os clássicos servem para entender quem somos e aonde chegamos”. Ou ainda: “A única razão que se pode apresentar é que ler os clássicos é melhor que não ler os clássicos”. (CALVINO, 1993, p.16). Por isso, não é indicado utilizar a leitura de um clássico da literatura com o objetivo de doutrinar os alunos, mas sim, recomendar sua leitura para formar leitores mais capazes de compreender acerca da condição humana e do percurso (e percalços) da humanidade ao longo da história. Trata-se de um gesto humano e democrático, capaz de garantir que as futuras gerações possam conhecê-los e admirá-los.

Nessa mesma linha de raciocínio insere-se Thomas Stearns Eliot. Em seu texto “O que é um Clássico”, de 1945, ele afirma que o surgimento de um clássico se dá no momento do amadurecimento de uma nação, de uma sociedade e de sua língua:

Um Clássico só pode aparecer quando uma civilização estiver madura, quando uma língua e uma literatura estiverem maduras; e deve constituir a obra de uma mente madura. É a importância dessa civilização e dessa língua, bem

como a abrangência da mente do poeta individual, que proporcionam a universalidade. (ELIOT, 1945, p.78).

Paralelamente à ideia da universalidade, os clássicos abrangem também muito da história e da cultura de um povo, do contexto em que foi escrito e, ainda, do tempo em que a narrativa acontece. Para Eliot, um dos escritores clássicos mais extraordinários foi Virgílio, pois dedicou toda sua vida à busca pela perfeição de sua obra. Mesmo assim, apesar de ser considerado consciente de seu papel por Eliot, Virgílio não pôde saber que estava se tornando um clássico, pois segundo o autor:

[...] a única coisa que não pôde almejar, ou não sabia que estava fazendo, foi escrever uma obra clássica, pois é somente graças a uma compreensão tardia, e em perspectiva histórica, que um clássico pode ser reconhecido como tal. (ELIOT, 1945, p. 79).

Nesse sentido, para Eliot, os clássicos se originam a partir de uma civilização que comprovou sua maturidade, tanto no aspecto cultural quanto linguístico, no momento em que se manifestam as condições necessárias para seu surgimento. Segundo Eliot, “Uma literatura amadurecida tem uma história atrás de si”. (ELIOT, 1945, p.79). Essa história culmina com o enriquecimento de uma civilização e de sua língua. A prova de tal enriquecimento estaria na maturidade do autor e da obra por ele escrita.

Há várias vertentes teóricas que, durante os séculos, consideram o papel educativo e formador da literatura. Contudo, com o desdobramento do mundo capitalista, a literatura foi perdendo tal posição e apenas de forma marginal se considera essa função de formar, educar (a não ser que esteja estritamente vinculada à posição ideológica da classe dominante, como veremos). Contudo, sabemos que a Literatura permanece viva em nosso meio. É fato que o hábito da leitura e a produção literária passaram por muitas fases e foram se transformando com o passar dos anos. Nos séculos que antecedem imediatamente a era Moderna, o acesso à leitura era restrito àqueles que tinham o privilégio de nascerem em famílias abastadas que dispunham de recursos para bancar o ensino dos filhos, estes eram educados por religiosos que, nessa época, detinham o conhecimento.

Nas épocas seguintes, o termo Literatura, tal como o compreendemos nos dias atuais, ainda não havia sido formulado, mas sempre se admitiu a função central da leitura de textos canônicos na educação. A disciplina gozava de muito prestígio, e atingiu seu auge no século XIX. Já em meados do século XX, a Literatura e a leitura dos chamados clássicos perderam espaço na sala de aula, mas, ainda assim, ela é essencial para nossa formação e

autoconhecimento, num sentido que lhe é tão somente peculiar, pois, como afirma Antonio Candido “ela não corrompe nem edifica [...]; mas, trazendo livremente em si o que chamamos o bem, e o que chamamos de mal. Humaniza em sentido profundo, porque faz viver” (CANDIDO, 1995, p. 244). Essa é, segundo o autor, a função fundamental da literatura, ou seja, humanizar o homem:

Entendo aqui por Humanização (já que tenho falado tanto nela) o processo que confirma no homem aqueles traços que reputamos essenciais, como o exercício da reflexão, a aquisição do saber, a boa disposição para com o próximo, o afinamento das emoções, a capacidade de penetrar nos problemas da vida, o senso de beleza, a percepção da complexidade do mundo e dos seres, o cultivo do humor. A literatura desenvolve em nós a quota de humanidade na medida em que nos torna mais compreensivos e abertos para a natureza, a sociedade. O semelhante. (CANDIDO, 1995, p.249).

O caráter humanizador da Literatura, tal como se encontra enunciado em Candido, nos possibilita enxergar uma dimensão muito mais rica, profunda e complexa do que entendemos como formação. Vários autores que refletem sobre o ensino de Literatura no Brasil tendem a considerar a formação de leitores no sentido da crítica social e da capacidade de compreensão do mundo. Obviamente, tais fatores são essenciais. Contudo, se nos atentarmos ao conceito de Humanização proposto por Candido, veremos que ali estão contempladas também noções de ética, de refinamento estético e de autoconhecimento.

Num sentido semelhante, temos ainda o conceito de Tzvetan Todorov. Em sua obra *A Literatura em Perigo*, ele parece concordar com a proposta de Candido sobre o poder humanizador da Literatura. No capítulo intitulado “O que pode a Literatura?”, o pensador búlgaro afirma:

A literatura pode muito. Ela pode nos estender a mão quando estamos profundamente deprimidos, nos tornar ainda mais próximos dos outros seres humanos que nos cercam, nos fazer compreender melhor o mundo e nos ajudar a viver. Não que ela seja, antes de tudo, uma técnica de cuidados com a alma; porém, revelação do mundo, ela pode também, em seu percurso, nos transformar a cada um de nós a partir de dentro. (TODOROV, 2010, p. 76).

Todorov acredita que a literatura deve voltar a exercer seu papel fundamental, pois isso é essencial para que a leitura (indispensável para a educação, em todos os tempos) não seja extinta de nossa sociedade. Segundo Todorov, devemos, sim, buscar na literatura elementos capazes de produzir sentido a nossa vida, ao contrário do que pregam alguns professores, escritores e críticos, afirmando que a literatura só pode ponderar sobre si mesma

ou instruir a desesperança. Contudo, para que a literatura possa desempenhar esse papel, é preciso que todos possam ter acesso a ela, como sugere Antonio Candido:

[...] são bens incompressíveis não apenas aqueles que asseguram a sobrevivência física em níveis decentes, mas os que garantem a integridade espiritual. São incompressíveis certamente a alimentação, a moradia, o vestuário, a instrução, a saúde, a liberdade individual, o amparo da justiça pública, a resistência à opressão etc.; e também o direito à crença, à opinião, ao lazer e, por que não, à arte e à literatura. (CANDIDO, 1995, p. 241).

Nesse sentido, é pertinente ainda o conceito de Alfredo Bosi, citado por Benedito Antunes (2004). Ele nos mostra, nessa passagem, a possível origem do afastamento dos clássicos nas salas de aula, que coincide, justamente com o período em que vivíamos a ditadura militar. Os estudantes dessa fase tiveram seus direitos cerceados, uma vez que não tinham acesso livre a todos os gêneros de texto, mas apenas àqueles que as entidades de ensino proporcionavam. Vejamos o que é alegado por Antunes:

Para Bosi, a indústria cultural dos anos 70 "minou fundo" essa atualização do patrimônio cultural, jogando no mercado uma avalanche de textos didáticos que representou uma exclusão do passado sem que se colocasse no lugar "um repertório novo, coerente e pensado". Foram, assim, levados para as salas de aula autores que "já não dispunham de uma consciência crítica suficientemente aguda para explorar as riquezas do moderno, nem de cultura filológica e literária bastante para aprofundar os veios da tradição". (BOSI, apud Antunes e Ceccantini, 2004, p.79).

Esses novos textos que foram introduzidos nessa fase visavam apenas à formação para o mercado de trabalho e, ainda, alimentavam o propósito de não disseminar o conhecimento como forma de manter o povo sob controle, pois o conhecimento faz com que as pessoas não se calem diante das injustiças. Era isso mesmo que os governos ditatoriais não queriam, ou seja, indivíduos conscientes e instruídos. Na mesma linha de raciocínio incluímos Luzia de Maria. Segundo ela,

Governantes ditatoriais, em diversas épocas, mostraram reconhecer o poder da narrativa e, exatamente por isso, a combateram das formas mais covardes. Queimar livros, de modo geral, quase sempre foi à estratégia mais eficaz de impedir a circulação de histórias, ideias e conhecimento. (MARIA, 2009, p. 35-36).

Para Maria, o afastamento das grandes obras do contexto escolar foi proposital. A intenção dos governantes era formar mão de obra para as indústrias, não formar cidadãos

críticos e intelectuais, pois ao tomar consciência do poder que o conhecimento pode garantir certamente se posicionariam contra esses governantes, e tentariam reaver as obras essenciais que lhes foram negadas. Essa é uma prática herdada das gerações anteriores à nossa, e que, infelizmente, estamos, mesmo que de forma inconsciente, passando para as futuras gerações.

Luzia de Maria afirma ainda que “nunca se publicaram tantas obras sobre leitura, nunca tivemos tantas campanhas, projetos, congressos e seminários voltados para o fomento da leitura” (MARIA, 2009, p.43). Mas, apesar dos esforços de muitos, no sentido de incentivar a leitura não apenas dos clássicos, mas de todas as formas de bibliografia, fica evidente que a literatura ainda não é acessível a todos, como previa Antonio Candido em “O Direito à Literatura”, 1995. Para ilustrar melhor essa proposição, Maria cita Alberto Manguel. Conforme ele,

Os regimes populares exigem que esqueçamos, e, portanto classificam os livros como luxos supérfluos; os regimes totalitários exigem que não pensemos e, portanto, proíbem, ameaçam e censuram; ambos, de modo geral, exigem que nos tornemos estúpidos e que aceitemos nossa degradação docilmente, e, portanto estimulam o consumo de mingau. Nessas circunstâncias os leitores não podem deixar de ser subversivos. (MANGUEL, 1997, p.35, apud Maria, 2009).

Com base nesses conceitos sobre as possíveis causas da ausência dos clássicos nas escolas atuais, podemos justificar nossa pesquisa, ou seja, um estudo sobre a existência e utilização das obras consideradas clássicas nas escolas, e ainda o emprego destas nas aulas com os professores de língua Portuguesa em Tapurah/MT.

Durante a fase em que se pretende formar leitores, conforme preconiza Luzia de Maria, devemos admitir a opção dos alunos por obras que causem prazer e arrebatamento, independente de se levar em conta os juízos de valor dessas obras. Segundo ela, só depois de a literatura já ter capturado esse aluno, aí então ele poderá ser apresentado aos “clássicos” e poderá como confirmam Calvino e Eliot, ter a maturidade para entender tais textos. Outro fator que merece ser levado em conta nessa pesquisa é a forma como esses clássicos são lidos, analisados e compreendidos pelos alunos. Para Luzia de Maria, a escola deve propiciar ao aluno tanto o acesso a bons livros como também à leitura e à compreensão dos mesmos:

A grande literatura tem sim, a possibilidade de nos ensinar isso. Mas os estudantes brasileiros estão chegando ao ensino médio em condições de ter acesso a ela? Acesso para mim não é contar com o *Ulisses* de James Joyce, na

biblioteca escolar; é ter maturidade de leitor para encarar o tijolo sem susto e com bom nível de compreensão. (MARIA, 2009, p.121).

A autora acredita que os clássicos da literatura (como apontados acima) devem ser oferecidos aos alunos. Porém, antes disso é preciso estabelecer neles o hábito da leitura para que eles não escolham o livro pela quantidade de páginas, mas, sim, por sua qualidade e pela afinidade com a obra, independente de se tratar de literatura brasileira ou estrangeira. Vejamos o que ela afirma sobre os métodos que a escola adota para trabalhar com textos e autores clássicos brasileiros:

Não me conformo com esse costume das escolas, de só se lembrar dos escritores nas efemérides, especialmente quando o que há para ser comemorado são cem anos. Assim, a cada cem anos o autor é lembrado? Afinal a nossa escola oferece um curso que é de formação básica – o ensino fundamental e médio –, juntos eles são a formação geral com que todo brasileiro poderá contar, e não nos preocupamos em formar público se quer para a nossa própria literatura, para a literatura brasileira? Reflita comigo: o estudante que sai do ensino médio sem conhecer a literatura, se não fizer letras, vai conhecê-la onde? Conhecer a literatura é ler a literatura, não é decorar dados e datas a seu respeito. (MARIA, 2009, p.121).

Numa linha de pensamento semelhante, podemos recorrer uma vez mais ao pensamento de Tzvetan Todorov, quando assegura que se faz necessário uma mudança profunda na forma como o adolescente é apresentado às obras literárias. Para que não aconteça de, ao invés de formar e atrair leitores, os afugentarmos com aulas maçantes, – e o que é pior, a atitude de certos professores de empregarem o texto como pretexto para trabalhar outros aspectos, como nesse exemplo: “nesta semana estudaremos metonímia, semana que vem passaremos à personificação” (TODOROV, 2010, p.32.) –, o autor defende um estudo da literatura que privilegie as obras em si, ou seja, o sentido que tais obras possam ter para a vida dos alunos, a relação, portanto, que elas estabelecem com o mundo:

Estaria eu sugerindo que o ensino da disciplina deve se apagar inteiramente em prol do ensino das obras? Não, mas que cada um deve encontrar o lugar que lhe convém. No ensino superior, é legítimo ensinar (também) as abordagens, os conceitos postos em prática e as técnicas. O ensino médio, que não se dirige aos especialistas em literatura, mas a todos, não pode ter o mesmo alvo; o que se destina a todos é a literatura, não os estudos literários; é preciso então ensinar aquela e não estes últimos. (TODOROV, 2010, p.41).

Percebemos que existe um grande número de autores que defendem a leitura das obras literárias, e, dentre estas, figuram também os clássicos. No entanto, essa tarefa não é fácil.

Segundo Todorov, coube aos professores do ensino médio uma difícil tarefa, ou seja, transformar tudo o que aprenderam numa “ferramenta invisível” que possa dar conta de um ensino de literatura capaz de “formar leitores”, e não de formar críticos literários. Para elucidar ainda mais os motivos que levaram a literatura a correr perigo, como afirma Todorov, apresentamos as considerações de Regina Zilberman, em seu texto *Sim, a Literatura Educa 2008*, ela afirma que a crise vivida pelo ensino de literatura tem sua origem no fato desta não exercer mais seu papel formador. Segundo ela, as bases do ensino de literatura devem ser recuperadas, não no sentido de transmissão de conhecimento sobre o patrimônio histórico, mas, sim, de modo a formar leitores, pois a falta de leitura é determinante para a assimilação de todos os conteúdos escolares.

Eis por que um dos sistemas da crise da literatura é a falta de leitura por parte dos estudantes e o desconhecimento do patrimônio literário nacional. Mas essa carência determina outras - a não assimilação da norma linguística impede o entendimento dos textos; o desinteresse pela matéria escrita dificulta a continuidade do processo de leitura e, portanto, a aquisição do saber; a ausência de domínio da expressão oral impossibilita a reprodução do que foi lido, o desdobramento do processo de comunicação e a verbalização das próprias necessidades que comprometem a atuação do aluno dentro e, principalmente, fora da escola. (ZILBERMAM, 2008, P. 22).

Entendemos que esse comentário de Zilberman, vai ao encontro das afirmações de Todorov e Maria, no sentido de que a raiz dos problemas enfrentados pelos professores para formar alunos leitores passa pela falta de leitura, “de boas leituras”. Ao se referir ao “patrimônio literário nacional”, ela está apontando para o desconhecimento, por parte dos alunos, de todas as obras consideradas fundamentais, com inclusão de textos canônicos ou clássicos.

Outra questão que decorre dessa discussão sobre os clássicos é o juízo de valor. Quando falamos desse assunto, logo nos perguntamos, mas o que são clássicos literários? Quais são mais dignos de estudo? Em seu livro, *Altas Literaturas*, Leyla Perrone-Moisés afirma que:

Nascidos com a estética romântica, os valores “novidade” e “originalidade”, desconhecidos anteriormente, têm tido uma longa vida. Ao abolir os critérios e as regras clássicas, os românticos desencadearam a valorização da ruptura e da diferença. Na célebre postulação do Belo por Baudelaire (permanência e novidade), a modernidade privilegiou o segundo elemento. (PERRONE-MOISÉS, 1998, p. 9/10).

Entendemos nessa afirmação de Perrone-Moisés, uma censura aos critérios utilizados por muitos autores ao avaliar obras modernas que privilegiam o novo, apenas. A proposição de Perrone-Moisés vai ao encontro da afirmação de Terry Eagleton, em *Teoria da Literatura: uma introdução* (2006). Conforme o autor, não existe um cânone fixo, intocável, pois o mundo muda, e, conseqüentemente, os conceitos das pessoas mudam. Com eles, mudam também os critérios de avaliação das obras, que podem ser inseridas ou retiradas do chamado cânone em qualquer época. Observemos:

Até as razões que determinam a formação do critério de valioso podem se modificar. Isso, como disse, não significa necessariamente que venha a ser recusado o título de literatura a uma obra considerada menor: ela ainda pode ser chamada assim, no sentido de pertencer ao *tipo* de escrita geralmente considerada como de valor. Mas não significa que o chamado “cânone literário”, a “grande tradição” inquestionada da “literatura nacional”, tenha de ser reconhecido como um *construto*, modelado por determinadas pessoas, por motivos particulares, e num determinado momento. (EAGLETON, 2006, p. 17).

Portanto, o que é considerado clássico hoje pode deixar de sê-lo, como também pode acontecer de uma obra que hoje não é considerada como clássica vir a sê-lo no futuro. Acreditamos que clássicos e não clássicos podem e devem fazer parte das bibliotecas e das aulas de literatura, até mesmo para que possamos confrontá-los e fazer dessa prática motivação para alcançar nossas metas, ou seja, inserir o aluno no universo das letras.

Após fazermos essa investigação em torno do termo “clássico”, incluindo os conceitos de autores e críticos que são, nos dias de hoje, autoridades no assunto, cabe-nos fazer um acabamento sobre o tema. Então, concluímos que um clássico da literatura é um livro que tenha se destacado por muitas gerações, por ser uma obra extraordinária e adotar uma linguagem padrão. São obras que foram lidas e apreciadas por inúmeros leitores, permanecendo vivas através dos tempos. Entendemos que as obras clássicas nos fornecem dados históricos e culturais, essenciais à formação do aluno, por esse motivo acreditamos serem necessários esforços no sentido de mantê-las nas bibliotecas das escolas, e, especialmente nas aulas de literatura.

Essas obras constituem, através das gerações, um arcabouço de textos que servem de referência para se ensinar literatura, pois pertencem às mais variadas escolas literárias e ainda servem para que possamos estabelecer um percurso da literatura através dos tempos. Assim, podemos contar com clássicos da Antiguidade, como *Odisseia* e *Ilíada* de Homero; clássicos modernos como *O memorial do convento* de José Saramago; clássicos universais, como

Eneida de Virgílio e *A Metamorfose* de Franz Kafka; clássicos nacionais, como *Macunaíma* de Mário de Andrade, *Dom Casmurro* de Machado de Assis, etc. Percebemos que algumas obras, eleitas como clássicas, chegaram a esse reconhecimento graças a muitos leitores, escritores, críticos, jornalistas, professores e até mesmo diletantes, cujas leituras as mantiveram – e as mantém – vivas. Dentre essas obras e autores, existem algumas unanimidades, conforme nos aponta Leyla Perrone-Moisés. Os autores que figuram entre a maioria dos críticos e estudiosos são: Homero, Virgílio, Dante, Mallarmé, Dostoiévski, Joyce, Kafka, Shakespeare, Flaubert, Voltaire, Cervantes, Camões, etc. Essas listas de obras desenvolvidas por esses especialistas, que são também leitores, definem a formação do cânone literário universal.

A relação entre a obra clássica e a língua também deve ser levada em conta. Os textos clássicos perduraram por muitas gerações e receberam seu reconhecimento graças a excelência da sua linguagem ou de seu autor. Um critério sugerido por Eliot para a noção de clássico é a superação da própria língua, pois, segundo ele:

Quando o grande poeta é também um grande clássico, ele esgota não apenas uma forma, mas também a língua de sua época; e a língua de sua época, como ele a utilizou, será a língua em sua perfeição. (ELIOT, 1945, p. 93).

O conceito da maioria dos professores entrevistados sobre o clássico é que são obras “antigas”, compostas por uma linguagem muito rebuscada, que não condiz com a nossa realidade. Porém, como veremos, alguns professores reconhecem nessas obras elementos essenciais para o ensino da literatura. Entendemos que a literatura clássica nos transmite uma visão profunda e abrangente das complexas relações sociais e políticas de um determinado momento histórico, que, em certa medida, influi no modo como ela se constituiu. Por outro lado, a fortuna crítica de uma obra clássica é um meio essencial para entendermos como ela e as concepções de mundo que a encerram se transformaram ao longo da história.

Porém, talvez o ponto mais importante, é perceber que os clássicos são textos que serão sempre retomados no sentido de debater sobre a condição da humanidade, a busca do homem pelo conhecimento de si e das relações humanas. Esse é, no conceito de Antonio Candido, como vimos o papel fundamental da literatura, ou seja, humanizar o homem. Candido alega que nenhum ser humano pode passar mais de vinte e quatro horas distante do universo da ficção, pois essa carência pode mutilar a personalidade humana. De fato, a organização formal e estética do texto literário nos possibilita, por sua vez, organizarmos nosso caos interior e, conseqüentemente, nosso próprio mundo:

A produção literária tira as palavras do nada e as dispõe como um todo articulado. Este é o primeiro nível humanizador, ao contrário do que geralmente se pensa. A organização da palavra comunica-se ao nosso espírito e o leva primeiro, a se organizar; em seguida, a organizar o mundo. (CANDIDO, 1995, p.246.).

Portanto, dentro do conjunto de textos que compõem a disciplina chamada Literatura, as obras clássicas são essenciais na formação humana e, logo, devem fazer parte das bibliotecas e de todas as salas de aula. Tanto nas escolas de Tapurah quanto nas demais, para que possamos confrontá-las, debatê-las, no intuito de fazer com que cumpram com seu papel primordial, ou seja, humanizar o homem.

Referências Bibliográficas

ANTUNES, Benedito. “Para ler os clássicos”. *Proleitura*, v. 13, p. 4-5, 1997.

ANTUNES, Benedito. ; CECCANTINI, João Luís Cardoso Tápias. “Os Clássicos: entre a sacralização e a banalização”. In: Rony Farto Pereira; Sonia Aparecida Lopes Benites. (Org.). *À roda da leitura: língua e literatura no jornal Proleitura*. 1ª Ed. São Paulo: Assis: Cultura Acadêmica; ANEP., 2004,v. 1, p.73-89.

BÉNICHOU, Paul. *Une communication inépuisable, Mélanges sur l'œuvre de Paul Bénichou*. Paris: Gallimard, 1995.

BORGES, J. L. “A poesia”. In: _____. *Sete noites*. Trad. João Silvério Trevisan. São Paulo: Max Limonad, 1987.

BRASIL, (OCNM). *Orientações Curriculares para o Ensino Médio*, volume I: Linguagens, códigos e suas tecnologias / Secretaria de Educação Básica. – Brasília: Ministério da Educação, 2006.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. PCN, *Parâmetros Curriculares Nacionais - Ensino Médio*. Brasília: MEC/SEF, 2000.

BRASIL. PCN+ *Ensino Médio: orientações educacionais complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais. Linguagens, códigos e suas tecnologias*. Brasília: MEC/ Semtec, 2002.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: introdução aos parâmetros curriculares nacionais / Secretaria de Educação Fundamental*. – Brasília: MEC/SEF, 1998.174 p.

BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBs)*. Brasília: MEC, 1996.

CAIRUS, Henrique Fortuna. “O lugar dos textos clássicos hoje: o super-cânone e seus desdobramentos no Brasil”. In: *Permanência Clássica*. São Paulo: UNESP, 2006.

CALVINO, Ítalo. *Por que ler os clássicos*. Trad. Nilson Moulin. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

CANDIDO, Antonio. “O direito à literatura”. In: *Vários escritos*. 3ª ed. São Paulo: Duas Cidades, 1995.

CANDIDO, A. “A literatura e a formação do homem”. *Ciência e Cultura*, v. 24, n. 9, 1972.

COSSON, Rildo. *Letramento literário: teoria e prática*. São Paulo: Contexto, 2006.

DOCUMENTÁRIO, *Mestres da Literatura, Um Mestre na Periferia*. Documentário sobre a vida e obra de Machado de Assis. Duração 24 minutos, produzido por TV Escola. Disponível em: www.youtube.com/watch?v=0vJ6n65reTs.

EAGLETON, Terry. *Teoria da Literatura: uma introdução*. Trad. Waltensir Dutra; [revisão da tradução João Azenha Jr.]. 6ª Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

ELIOT, Thomas Stearns, “O que é um clássico?” In: *Prosa: selecionados de TS Eliot*. New York: Houghton Mifflin Harcourt / Farrar, Straus, Giroux.

JAMESON, F. "Reificação e utopia na cultura de massa". *Crítica Marxista*, vol. 1, n. 1, São Paulo, Brasiliense: 1-25, 1994.

LAJOLO, Marisa - *Literatura: leitores e leitura*. São Paulo: Ed. Moderna. 2001.

MACHADO DE ASSIS. “A Senhora do Galvão”. In: *Machado de Assis/obra completa*. Rio de Janeiro: Garnier, 1884. Edição eletrônica produzida pela Costa Flosi Ltda. Revisão: Sandra Flosi/Edição: Edson Costa Flosi e Nancy Costa. <bibvirt@futuro.usp.br>.

MACHADO DE ASSIS, J. M. *Dom Casmurro*. São Paulo: Klick Editora, 1997.

MANGUEL, Alberto. *Uma História da leitura*. Trad. Pedro Maia Soares. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

MARIA, Luzia de. *O clube do livro: ser leitor – que diferença faz?* São Paulo: Globo, 2009.

MATTHEW, Arnold. “The Study of Poetry”. In: *Essays in Criticism - Second Series*, 1888.

PERRONE, Moisés Leyla. *Altas Literaturas: escolha e valor na obra crítica de escritores modernos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

RANGEL, E. O. “Letramento literário e livro didático de Língua Portuguesa: Os amores difíceis” In: PAIVA, A.; MARTINS, A.; PAULINO, G.; VERSIANI, Z. (Org.) *Literatura e letramento. Espaços, suportes e interfaces. O jogo do livro*. Belo Horizonte: Autêntica/ Ceale/ FaE/ UFMG, 2003.

TODOROV, Tzvetan. *A Literatura em Perigo*. Trad. Caio Meira. 3ª Ed. Rio de Janeiro: DIFEL, 2010.

VARGAS Llosa, Mário. *A verdade das mentiras*. Tradução de Cordélia Magalhães. São Paulo: Arx, 2004.

ZILBERMAN, Regina; TEODORO DA SILVA, Ezequiel. *Literatura e pedagogia: ponto & contraponto*. 2ª Ed.- São Paulo: Global; Campinas, SP: ALB-Associação de Leitura do Brasil, 2008.

